



A TRANSIÇÃO DO MONOPARTIDARISMO PARA A DEMOCRACIA NA ÁFRICA: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

*Nelsio Gomes Correia*¹

Resumo

O artigo trata da transição do monopartidarismo para a democracia na África, especialmente na Guiné-Bissau. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar e compreender o processo de transição do regime monopartidário para a democracia no país. É entendido que o país aderiu à democracia sem ter se preparado antes, uma vez que estava enfrentando crises econômicas e necessitava de ajuda financeira e isso foi um dos motivos da sua aderência. Para elaboração deste artigo, adotamos na metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica que é o processo que nos permite coletar e analisar as informações obtidas na literatura para utilizarmos no trabalho. O trabalho mostra que a democracia está a enfrentar vários obstáculos em África Ocidental, particularmente na Guiné-Bissau nos últimos anos, sendo que um dos maiores desafios para os partidos políticos na atualidade é o cumprimento das regras democráticas que permite a existência das eleições transparentes, justas e livres assentado no comprometimento com o interesse popular nesse país. Finalmente, percebemos que é relevante o acesso ao poder passar pela via democrática nas eleições e não pelo uso da força, que causa violência, agressões físicas, mortes etc.

Palavras-chave

África;
Guiné-Bissau;
Transição democrática;
Partidos políticos;
CEDEAO.

THE TRANSITION FROM SINGLE PARTY TO DEMOCRACY IN AFRICA: THE CASE OF GUINEA-BISSAU

Abstract

The article deals with the transition from one-party rule to democracy in Africa, especially in Guinea-Bissau. Therefore, the objective of this work is to analyze and understand the process of transition from the one-party regime to democracy in the country. It is understood that the country adhered to democracy without having prepared itself beforehand, since it was facing economic crises and needed financial help and that was one of the reasons for its adherence. For the elaboration of this article, we adopted in the research methodology the bibliographic review, which is the process that allows

Keywords

Africa;
Guinea Bissau;
Democratic transition;
Political parties;
ECOWAS.

¹ Bacharel em Humanidades e Licenciado em Sociologia pela Unilab/CE. Atualmente, mestrando em Estudos Africanos no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. E-mail: gomesnelsio@gmail.com.

us to collect and analyze the information obtained in the literature to use in the work. On the other hand, democracy is facing several obstacles in West Africa and particularly in Guinea-Bissau in recent years and one of the biggest challenges for political parties today is the fulfillment of democratic rules that allow for the existence of transparent, fair and free rights based on the commitment to the popular interest. Finally, we realize that access to power is relevant through the democratic route in elections and not through the use of force, which causes violence, physical aggression, deaths, etc.

Introdução

Este trabalho aborda “a transição do monopartidarismo para a democracia na África particularmente na Guiné-Bissau”. Este país fica situado na costa Ocidental da África, tendo como língua oficial português. E a sua capital é Bissau. É composta por cerca de 20 grupos étnicos, cada qual com sua cultura, língua, história e identidade própria que formam a rica diversidade cultural apresentada por diferentes etnias.

De forma genérica, o artigo faz a análise de diferentes pontos de vista dos autores sobre o processo da transição do monopartidarismo para a democracia em África, com o principal foco na Guiné-Bissau. Em razão disso, por um lado, o estudo se preocupa em examinar e entender como este regime político foi incorporado por diferentes países na África.

No que se refere à organização, o artigo é estruturado em três (3) partes: na primeira seção, o debate tem mais o enfoque na adesão à democracia na Guiné-Bissau e em como este processo passou por sucessivas instabilidades políticas e golpes de Estado. Por um lado, discute-se como este sistema de governação é aplicado pelos governantes desse país baseado nos seus interesses políticos e sem levar em consideração os princípios da verdadeira democracia.

Porque observa-se que não há uma preparação prévia para mudança de regime e o resultado disso revela o não comprometimento com a vontade popular. Por isso é perceptível como não tem beneficiado a sociedade em geral, mas sim, os atores políticos e seus partidos. Uma das formas de perceber que não se adaptou é verificar como este sistema de governação é aplicado pelas autoridades desse país. Sendo que é visível que os partidos vencedores das eleições não conseguiram governar por causa dos golpes de Estado e os fundamentos democráticos não são cumpridos. Mas o cenário tem mudado nos dias atuais.

Na segunda parte, fala-se sobre o papel da CEDEAO e da União Africana (UA) na prevenção de conflitos face à crise democrática na África Ocidental, bem como do descumprimento das normas democráticas por alguns políticos no poder. Em consequência disso, acaba conduzindo várias nações à instabilidade política e à violência por causa da tendência para rejeitar os resultados eleitorais como faz alguns líderes africanos.

A grande ambição pelo poder, a riqueza e o medo de enfrentar a justiça pelas ilegalidades que cometeram durante a governação é um dos motivos para não serem substituídos pelos outros. A vingança que podem sofrer pelos seus inimigos

são outros fatores fundamentais que influenciam a decisão deles em permanecer no poder, como acontece nos últimos anos na África Ocidental.

Na última parte, que são considerações finais, ressalta-se como é relevante o respeito às normas do jogo democrático para possibilitar a rotatividade no poder e promover as eleições justas, livres e transparentes para o benefício popular. Acreditamos que este é o caminho certo para alcançar o desenvolvimento das nações africanas, em particular a Guiné-Bissau. Concluimos ainda que, as instabilidades políticas e governativas estão a ameaçar a democracia e a paz, e a trazer insegurança para esta nação jovem que busca a prosperidade.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar e compreender o processo de transição do regime monopartidário para a democracia no país.

Uma vez que, o país, após a sua proclamação da independência, vivenciou várias crises de instabilidade política e governativa que foi causada pelo envolvimento dos militares, ou seja, a intromissão dos agentes da força de defesa na política guineense. Sendo esta aliança compreendida como a responsável pelos sucessivos golpes de Estado, que têm impactado negativamente a imagem do país em nível nacional e internacional. Além do mais, impediu a realização de vários investimentos estrangeiros no país por causa da insegurança em que esta nação se encontra mergulhada.

Para a elaboração do artigo, foi adotada como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica. Este é o processo que nos permite coletar e analisar os dados que possuem assuntos relacionados ao tema da nossa investigação e que vão ser utilizados durante o desenvolvimento do trabalho. No decorrer desse procedimento, vamos procurar encontrar as respostas viáveis a partir de assuntos mais vastos, que vamos consultar artigos científicos, teses, livros etc., com o propósito de criar um embasamento teórico-científico no decorrer da construção do nosso trabalho.

De modo geral, em África, foi mais intensificado o processo das independências dos países africanos que estavam sob domínio colonial nos anos 1960 a 1970. Durante esse período, houve os conflitos étnicos e ao mesmo tempo aconteciam em massa as transições políticas das nações com regime autoritários adotados após as independências. Ainda assim, constata-se que:

Por outro lado, cenários de guerras étnicas e os processos de transições políticas em África, de regimes autoritários para democráticos, não produziram os efeitos desejados. Pelo contrário, assistiu-se a uma tendência de instalação de regimes autoritários de inspiração marxista-leninistas, o que muitas das vezes significou a repressão de qualquer forma de contestação ou visão contrária aos regimes instalados, a exemplo do que ocorreu na Angola, em São Tomé, em Moçambique, no Zaire, na Libéria e em Guiné-Bissau. Guerras civis e golpes de Estado passaram a fazer parte do dia-a-dia da agenda política desses países, contribuindo para criação de um ambiente social e político cada vez mais difícil e instável (TEIXEIRA, 2008, p.12).

As consequências das guerras civis e os golpes de Estado possuem impactos negativos em dois campos, a saber: no contexto social, até na atualidade é observado que há grande maioria de populações refugiadas saindo dos seus países de origem fugindo da instabilidade interna causada pela crise econômica e política nos respectivos países. No âmbito político, com o término da Guerra Fria e o declínio do muro de Berlim, muitos países tinham adotado o sistema do partido único, combinado com presidentes ditadores no poder. Para deixar o autoritarismo, decidiram abraçar as reformas do campo político no começo dos anos 1970 a 1990, que permitiram as transições democráticas.

O principal interesse nesse artigo não é fazer análises de toda transição política de regime autoritário para democrático. Somente pretendemos trazer alguns acontecimentos históricos importantes que marcaram esse processo que começou a partir dos anos 1990 a 1994. Nesse último ano, foi realizada a primeira eleição multipartidária competitiva, livre e justa, o que estabeleceu o fim do regime do partido único. Após a guerra de libertação, o país era governado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Considerado um movimento revolucionário e libertador do povo guineense e cabo-verdiano.

Mas, no que tange aos membros fundadores do PAIGC, Silva afirma que:

Não há sequer consenso quanto ao número de «fundadores», nem quanto ao alcance efectivo da reunião: para além da intenção de formar um partido político, as principais medidas limitaram-se ao incentivo da preparação teórica pela leitura (em grupo), a uma incipiente distribuição de tarefas e à escolha de pseudónimos⁴¹. Mas a fundação do PAIGC (sigla adoptada a partir de Outubro de 1960) tem de ser vista como um processo amplo e com antecedentes, onde intervieram variadas personalidades, e que só se concluirá pela afirmação pública e organizacional do PAI/PAIGC no decurso de 1960. Esta reunião de 19 de Setembro de 1956 e a intervenção de Amílcar Cabral terão sido – como decorre dos testemunhos coetâneos, incluindo os do próprio – apenas o momento do lançamento do PAIGC como ideia e organização nacionalista e, portanto, o seu essencial «momento constituinte» (SILVA, 2006, p.9).

No entanto, os criadores deste partido tinham algo em comum que é a união baseada na essência humanista e patriótica, com a intenção de lutar contra a ocupação colonial no país no período da chamada Guiné Portuguesa. A razão da luta é para atender às preocupações das populações que diariamente sofriam as humilhações e opressões da administração colonial portuguesa. Não obstante, esses precursores eram de classe média (“pequeno-burgueses mestiços ou negros”), funcionários e aliados do regime colonial que controlava o país.

Nesta essência é relevante destacarmos que esta nação proclamou a sua independência em 24 de Setembro de 1973. A partir desse momento em diante, verificou-se a emancipação do povo guineense, que estava sob o domínio colonial que começou desde o ano de 1446 do século XV. Esta mesma época, marca o começo da vinda dos portugueses para o território guineense, que posteriormente passou a ser nomeado de Guiné-Bissau (MONTEIRO, 2011).

Vale notar ainda que a ocupação da Guiné iniciou no norte do país com início na cidade de Cacheu, criada em 1588, contudo, naquela época estava sob controle da administração do arquipélago de Cabo-Verde. Os primeiros entrepostos foram construídos nas passagens dos rios de (São Domingos, Cacheu, Farim e Buba), porque, no início, os portugueses não tinham a intenção de ocupar o interior da Guiné-Bissau. Desta forma, já em 1642, a cidade de Cacheu tornou-se uma capitania mais estratégica no âmbito econômico e político da administração colonial. Os portugueses utilizavam essa direção para entrar e controlar o resto do país, “sendo Farim fundada em 1640, e a atual capital Bissau teve a sua ocupação em 1686”.

Após a conquista da soberania, o PAIGC foi o único partido político legal da Guiné-Bissau e Cabo Verde, fundado em 19 de Setembro de 1956. O primeiro Presidente do país foi Luís Cabral e o seu Primeiro-ministro era Francisco Mendes (Tchico Té). Depois desse período, aconteceu no dia 14 de Novembro de 1980 o primeiro golpe de Estado após a libertação desta ex-colônia portuguesa; golpe este liderado por João Bernardo Nino Vieira contra o Presidente Luís Cabral. Percebe-se que esse ato inconstitucional resulta da crise envolvendo a Unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde naquela época (GOMES, 2014).

A tensão influenciada pela destituição através do uso da força militar, impactou negativamente a aliança que se observa entre esses dois países mantida pelas duas figuras importantes entendidas como sinal da irmandade. Em consequência disso, influenciou a fragmentação interna dos dirigentes do PAIGC em Bissau. Essa divisão motivou a fundação do outro partido político designado Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), na cidade de Praia, em 20 de janeiro de 1981.

Entendemos que uma das consequências fundamentais desse ato ilegal, e que marcou a história do sistema político guineense, é a separação da “Unidade” entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde promovida pelo Amílcar Cabral e os seus companheiros. Este projeto de unificação foi pensado antes da luta armada contra a presença da colonização portuguesa na Guiné-Bissau e Cabo Verde, para libertar esses dois países da dominação colonial.

A Guiné-Bissau, após a sua emancipação, foi liderada por um regime político de partido único que durou de 1974 a 1990, período em que o PAIGC, um dos grandes partidos políticos do país, liderou a mobilização e a revolução realizada pelo povo guineense. Já que reivindicava a condição em que se encontrava durante a colonização, desde o início da luta colonial em 23 de janeiro de 1963 até o fim da guerra contra o regime português, que reconheceu - a independência do país somente - em 10 de Setembro de 1974.

No contexto desta perspectiva, defender-se-á (...) que foi a partir da Guiné - ironicamente, a colônia menos importante em termos econômicos e estratégicos - que se desferiram os golpes fatais na ditadura colonial. Os extraordinários sucessos políticos, militares e diplomáticos da luta da libertação nacional empreendida pelo PAIGC tinham colocado, já em 1973, o intransigente regime de Lisboa num beco sem saída. A perspectiva de uma iminente e ignominiosa derrota provocou uma revolta militar. As duas correntes de rebelião existentes

no seio das forças armadas - a conservadora e neocolonialista, associada ao general Spínola, e a radical democrática e anticolonialista, que viria mais tarde a hegemonizar a MFA -, e que se uniram temporariamente em 25 de Abril de 1974, para tomar o poder, têm a sua origem em Bissau (WOOLLACOTT, 1983, p. 1131).

Assim sendo, vale realçar que o PAIGC na época da colonização foi o partido responsável e organizador da luta armada em busca da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por outro lado, no decorrer da primeira fase do processo revolucionário provocado através do golpe militar em Portugal e que, de certa forma, era controlada pela necessidade da descolonização, o PAIGC desempenhou novamente uma função muito importante, a saber: o enquadramento do processo da descolonização, continuando a exigir que “o novo Governo Português reconhecesse publicamente o direito dos povos colonizados à independência total e à autodeterminação”, ficando, assim, livre da dominação.

Durante o domínio colonial, o país era designado de Guiné Portuguesa e essa nomenclatura apenas foi mudada após a libertação da atual Guiné-Bissau. Os dois países mencionados acima eram duas antigas ex-colônias portuguesas unificadas pelo líder Amílcar Cabral desde 1956 a 1980. Essas duas datas, a primeira marca a criação do partido e a segunda revela a separação entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde por causa do primeiro golpe de Estado.

Guiné-Bissau: adesão à democracia

Aprendemos que a democracia é uma ideologia política que estabelece que a governação deve basear-se no bem-estar da maioria e os dirigentes políticos devem governar pela vontade popular demonstrada durante o ato eleitoral. O que não funciona em prática, devido a ambição pelo poder e a riqueza que os governantes têm.

Como sustentam Vasconcelos & Araújo (2022), a democracia é um projeto criado pelo Ocidente e implementado nas sociedades africanas. O seu insucesso e os obstáculos que tem enfrentado é por não se adequar a diversidade política das nações africanas e incapaz de atender suas demandas e em confronto com algumas formas de lideranças tradicionais. Também, essa democracia adotada no continente está a relacionar-se com três modelos diferentes: “o liberal, o monopartidário e o consensual”.

Na perspectiva de Yamb (2008), a democracia a ser adotada em África, deve ser pensada pelos próprios africanos levando em consideração de forma genérica, a realidade do continente e de cada país. A governação deve basear-se na Constituição, criada pelo anseio popular e para orientar qualquer líder a exercer o desejo do verdadeiro governante. Mas, o descumprimento dos valores dos direitos humanos ameaça a estabilidade democrática.

O termo democracia provém da palavra grega "δημοκρατία" ou Dēmokratía (ou seja demo e kratis). Literalmente e elementarmente, isto significa regra das demos, onde as demos são o povo ou plebeus ou cidadãos comuns, e kratis é a regra. Este termo de raiz literal e

elementar da democracia levanta algumas questões, que obviamente são importantes para a prática da democracia, bem como para demonstrar a ligação entre o termo como um ideal e como praticado. Pois se *demos* (pessoas) e *kratia* (regra) significam a regra do povo, as perguntas são então (1) "Quem compreende o povo ou deve compreender o povo?", e (2) "O que significa para o povo governar?" (ETIEYIBO, 2021, p. 6, tradução nossa).

Neste ponto de vista, uma percepção ampla da democracia oferece o conhecimento sobre a "democracia como o governo do povo", entendendo-se que o povo é fundamental para a governança democrática de qualquer nação. Aliás, o governo existe para administrar em benefício do povo, ou seja, governa para atender o desejo dos governados. Isso leva-nos a perceber que tem o poder sobre os indivíduos que formam o eleitorado. Assim, "o governo do povo" refere-se à ideia de que o governo é fiscalizado pelo povo ou o povo é que indica a direção que o governo deve seguir. Tudo isso nos demonstra que o poder está nele (o povo) ou deveria estar realmente com ele, sendo o responsável pela escolha dos governantes e com quem a soberania está ou deveria estar.

Segundo Cardoso (1995), no final da década de 80 foram assinalados muitos eventos que alteraram de forma profunda as organizações políticas da maioria dos países, sobretudo os situados no Leste europeu. E nessa mesma época, grosso modo, a África estava passando por uma crise econômica. Neste período, certas nações africanas como a Guiné-Bissau, o Gana, a Costa do Marfim e o Senegal estavam a utilizar todos os mecanismos para superar esta crise econômica. Uma vez que, estas entendiam que uma das formas de contribuir para o fim dessa situação podia ser através da solicitação da ajuda externa "de organismos financeiros internacionais, como o FMI (Fundo monetário internacional) e o Banco mundial".

Também, existia os outros países como no caso da Angola, Moçambique e Benin, que persistiam com o mesmo sistema econômico, assentado num planeamento centralizado e sob orientações de um sistema político de governação de regime monopartidário, de carácter autoritário e de partido único, que controla a estrutura socioeconômica e política desses países recém independentes.

Em 1989, iniciou-se um processo de decadência do sistema socialista europeu que acabou por enfrentar a perda de confiança dos países que estavam a representar-lhe. Nesta conjuntura, foram criadas as condições necessárias para que as nações europeias pudessem expandir a ideologia liberal não somente para fins de empréstimos, mas também para ser seguido como um único modelo de governação. Por isso, foram criadas todas as condições internas e externas necessárias para permitir a aderência dos países da África nesta comitiva de transformação social, econômica, política etc. Neste contexto, aclamava-se "a bandeira do liberalismo económico, da democracia multipartidária e da defesa dos direitos do homem".

Foi nessa mesma época que a Guiné-Bissau abraçou o regime democrático para sair da tensão social em que se encontrava. O país enfrentava muitas crises econômicas durante os primeiros 15 anos após a sua independência, e com um regime autoritário que violou várias vezes os direitos do Homem. A sua aderência à

democracia na década de 1990, visava alcançar a mudança sociopolítica e econômica que o país desejava (Idem.).

Nesta mesma linha de raciocínio, Miguel de Barros (2012, p. 72), defende que:

(...) a adesão do país ao multipartidarismo, fruto de pressões externas e internas num contexto da falência do Estado suportado pelas políticas de Ajustamento Estrutural, teve como consequências imediatas a afirmação e o reconhecimento de outros actores sociais colectivos (para além dos partidos políticos) enquanto agentes que participam nas decisões, lutam pela diminuição das desigualdades sociais, políticas e económicas. Nesta base, considera-se que a acção de alguns sectores da Sociedade Civil (Igreja, Sindicatos, Organizações Não Governamentais, Órgãos de Comunicação Social, Associações Profissionais e de Base Comunitária) contribuíram de forma decisiva quer para o ensaio à democracia como na promoção do desenvolvimento, no combate às desigualdades sociais e em melhoria das condições de vida das populações.

Posto isto, para examinar assim a função de cada um destes atores envolvidos ativamente nos 20 anos da permanência do país no regime democrático, apesar de muitas dificuldades no que concerne ao fato de os atores políticos não respeitarem as regras do jogo democrático. Durante esse processo, a Igreja Católica embora é considerada como aquela que possuía ligações com as autoridades coloniais, e este seu comprometimento não enfraqueceu perante à independência.

Com a crise sociopolítica causada pelo esgotamento do “Estado-Providência anos 80”, devido o momento difícil que o país atravessava com a carência de recursos financeiros, a Igreja Católica, em particular, conseguiu amparar o Estado no âmbito da saúde e da educação, dois setores mais essenciais para o desenvolvimento do país (Idem).

Para Teixeira (2010), a Guiné-Bissau não conseguiu realizar uma transição política genuína do regime autoritário para à democracia, em 1994, já que o intuito era de superar as crises políticas e conflitos que na maioria dos casos provocam instabilidades governativas. Devido à carência da institucionalização das normas democráticas e das práticas de intimidação dos opositores do regime feito por PAIGC, estava em risco de enfrentar um golpe de Estado após a realização das primeiras eleições gerais no país depois da independência. Verifica-se, no período, a ausência do interesse das instituições capazes de mediar conflitos.

Deste modo, conclui-se que os golpes de Estado que aconteciam no país, nos mostram a falta de eficácia das instituições nacionais que poderiam ser fundamentais na mediação das divergências no decorrer do processo da mudança do regime político de governação na Guiné-Bissau. Com base neste raciocínio, podemos afirmar que a transição política no país é uma utopia tendo em conta a falta do cumprimento das regras que o jogo democrático exige para a sua afirmação. Conforme a análise dos acontecimentos sucessivos desde a sua implementação, nota-se que o país não cumpriu uma genuína transição democrática.

Segundo Huntington (1991), no decorrer da década de 70 a 90, muitos países pela primeira vez conseguiram realizar as suas primeiras eleições gerais democráticas e multipartidárias. Desta forma, estes novos regimes permitiram ampla concorrência entre vários partidos políticos na época. Contudo, é relevante destacarmos que o desenvolvimento econômico foi o fator importante e responsável para essas transições de regimes de governação. Existem outros motivos contribuintes nesta transição como a crise do regime comunista no leste europeu e a decadência do muro de Berlim.

Entretanto, essas mudanças no regime de governação política, do caráter autoritário para o democrático, não aconteceram somente na zona leste da Europa. Assim como em África, onde as transições políticas contemporâneas são dos países que saíram das guerras civis, com regimes de governação monopartidários - como nos casos da Guiné-Bissau, Angola, entre outros países que não conseguiram mediar os seus conflitos através do diálogo. Fato que os levou ao conflito armado que matou muitas pessoas.

O fim da colonização em África, nomeadamente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), marca uma nova virada de página no que se refere à transição do sistema político de governação. Nesta essência, acerca deste processo, Évora (2001, p.44) defende que:

Portugal foi a última potência colonial a reconhecer a independência das suas colônias na África. O processo de emancipação política dos territórios portugueses, além de terem ocorrido bem mais tarde do que nos países africanos colonizados pelos ingleses e pelos franceses, passaram por um processo de luta armada para conseguirem ser reconhecidos como países independentes e autônomos no plano político. Dos cinco países africanos dominados por Portugal - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - em três houve luta armada: Angola, Moçambique e Guiné Bissau, e a independência só foi possível após anos de luta. No caso de Cabo Verde em particular, apesar de não ter ocorrido luta armada, houve contestação política contra o regime colonial, e muitos cabo-verdianos acabaram por partir para a Guiné para lutar contra o regime português.

Essa autodeterminação sociopolítica e econômica dos países que eram colonizados por Portugal na África, contribuiu de certa forma para a transição democrática nos países acima mencionados. Além do mais, a demora de Portugal em aceitar a emancipação dos povos desses países para criar e gerir suas próprias instituições políticas e organizar suas sociedades com base nas normas de interesses nacionais, influenciou as repressões e ondas de violência. No período após a independência, esses povos sofreram por parte dos governos autoritários de partido único que herdaram esses países após a guerra colonial -, como foi feito pelo PAIGC na época, encarado como partido-Estado na Guiné-Bissau.

Na concepção de Teixeira (2015), o período entre os inícios dos anos de 1970 e 1990, foi assinalado pelo episódio designado como a “terceira onda de democratização”. Naquele período, a democracia liberal conseguiu sua maior expansão na Europa e espalhou para vários países do mundo, “com o processo de

transição do autoritarismo para a democracia dos países do Sul e Leste da Europa, da América Latina e África”. Isso tem demonstrado as influências desses países desenvolvidos nesse processo de mudança de política e de sistema de governação que vai passar a possibilitar a existência do multipartidarismo e a concorrência livre e justa.

Em consideração a isso, é percebida que a democracia é um processo no qual as ocupações de poder por cada membro de governo devem se dar através das eleições competitivas, transparentes, pacíficas, permitindo qualquer pessoa que cumpriu as regras e os pré-requisitos, candidatar-se para ser escolhida e desempenhar um cargo no governo. Assim, as transições políticas para democracia dão a possibilidade para quaisquer cidadãos adultos participarem na formação dos governos representativos por meio das eleições com ampla concorrência, por vários partidos políticos em busca de ocupação de cargos eletivos no governo vencedor das eleições.

Antes da adesão à democracia no país, nomeadamente nos primeiros anos após a independência, o PAIGC utilizava práticas típicas de autoritarismos, como as opressões e silenciamento dos opositores do regime e centralizava a política. Sendo essa uma das causas da crise econômica do regime autoritário implantado no país. Ainda assim, percebe-se que o processo de transição política na Guiné-Bissau não foi acabado, uma vez que, para ser completo, esta democratização deveria abranger a sociedade civil, as forças políticas e as Forças Armadas essenciais na manutenção da paz no país.

A transição do regime autoritário para a democracia na Guiné-Bissau, iniciada na década passada, ainda não superou os principais desafios do processo democrático, incluindo a proteção aos direitos humanos, o desenvolvimento humano ou o crescimento econômico. Isso permite identificar tal processo como uma transição incompleta. A razão disso pode ser tributada à fragilidade das instituições políticas e à incapacidade do controle civil das Forças Armadas, o que resultou nos sucessivos golpes de estado e quedas de presidentes eleitos democraticamente (SANTY, 2009, p. 11).

Seguindo este raciocínio, com a contínua instabilidade política e governativa na Guiné-Bissau, é compreendida que as situações de sucessivos golpes de Estado no país têm ligações com o forte militarismo. A partir desse período de instabilidade crônica, nenhum Presidente eleito por via democrática conseguiu terminar o seu mandato até 2012, último ano do derrube ilegal de um governo legítimo pelos militares. É notável que as crises políticas têm provocado vários golpes de Estado verificados no país.

“O termo transição consiste no intervalo entre um regime político e outro”. Neste caso, as transições se limitam pelo começo do processo da extinção de um regime autoritário e pela implementação, ou seja, a instauração da democracia. O processo de transição, também pode se dar pela volta de qualquer outro regime autoritário ou pelo surgimento de um regime revolucionário, e é natural que no decorrer de uma transição as normas do jogo político não sejam estáveis. E estas regras estão sempre em situações de mudanças ou de serem alvos de críticas pelos

atores políticos que lutam não apenas pelos seus interesses futuros ou daqueles que o apoiam, mas pelas pessoas que irão representar-lhes durante a governação (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988).

No que tange a democratização, a cidadania é considerada como o principal guia da democracia. Essa compreensão abrange dupla pressuposição: a primeira, o direito de ser encarado como igual, e não inferior, frente a uma tomada de decisão na escolha coletiva. Deste modo, entendendo que o dever dos que serão escolhidos tem a função e a responsabilidade de colocar em prática aquilo que é de interesse popular, para que todos os integrantes de uma comunidade política possam ter acesso aos direitos políticos propugnados pelo sistema. A segunda pressuposição, refere-se ao fato de que a cidadania obriga os dirigentes a respeitarem a autenticidade das preferências coletivas através da decisão entre iguais. Aliás, dá aos governantes o direito de atuar com autoridade no momento em que é preciso, com a finalidade de possibilitar efetivação das escolhas e defender a comunidade contra quaisquer perigos à sua dignidade.

Complementarmente, entende-se que a identidade coletiva de diferentes grupos étnicos que compõem o país, tem bastante influência no momento da votação. Uma vez que as lutas étnicas que aconteceram no país, mormente na zona leste, a etnia Fula foi responsável pela invasão que levou o declínio do Reino de Gabú (conhecido por Kaabu), um reino mandinga. Esses acontecimentos históricos do passado, permaneceram na memória do povo e de certa forma marcaram as divisões das duas etnias que hoje continuam na lembrança coletiva desses eleitores e influenciam bastante no ato eleitoral.

O PAIGC, sendo um movimento de libertação nacional, exerceu uma liderança da luta pela independência elegendo três objectivos de síntese de mobilização da população para o apoio que necessitava a sua acção: 1- a independência; 2- o desenvolvimento; 3- a unidade de todos os que viviam no território colonizado pelos portugueses, não questionando as fronteiras coloniais (SANGREMAN et al., 2006, p.7).

Com base nesses três objetivos, constata-se que a intenção principal do PAIGC era conquistar a independência unilateral, libertar o povo guineense e caboverdiano da dominação colonial. Após essa etapa, a preocupação consiste em reestruturar o país e formar um Estado Novo capaz de fomentar o desenvolvimento nacional baseado no interesse popular. A unidade nacional de todos que estavam no território colonizado sem clivagens étnicas é fundamental para não existir o ódio entre um e o outro, e, assim, contribuir para uma Guiné-Bissau próspera como melhor resultado da unidade nacional de todos os povos, com culturas e línguas diferentes. É importante recordar que o país conquistou a sua liberdade com um partido único e realizou as eleições multipartidárias, tendo alcançado a vitória por maioria absoluta com o mesmo partido responsável pela conquista da sua soberania como nação.

A crise democrática e a prevenção de conflitos pela CEDEAO e a UA na África Ocidental

O papel da CEDEAO², União Africana³ (UA) e outras organizações com vários protocolos assinados sobre precaução de conflitos e promoção do exercício da democracia, tudo isso visou resolver os problemas africanos de governação. Com o “revisito da CEDEAO (1993) e especialmente o Protocolo sobre o Mecanismo de Prevenção de Conflitos (1999) e o Protocolo sobre Democracia e Boa Governação (2001)” (Hartmann, 2017, p. 88), aprovaram de forma justa a missão da organização em promover a democracia e a boa governação, bem como a adesão ao que passou a ser designado “Responsabilidade de Proteger” (R2P) e monitorar as eleições presidenciais na Gâmbia - país que tem fronteira com a Guiné-Bissau na África Ocidental.

A CEDEAO desempenhou um papel muito importante no que diz respeito a monitoração da eleição presidencial na Gâmbia, porque a rejeição do resultado por parte do Presidente Jammeh era inadmissível. Além disso, essa atitude colocava em risco a paz não somente na Gâmbia, mas em todos os países da sub-região da África Ocidental. Por um lado, colocava também em ameaça à democracia, já que muitos chefes de estados de países anglófonos desta instituição, que formaram uma comitiva, não conseguiram influenciar o Presidente Jammeh a mudar a decisão que estava a tomar para ficar no poder (Hartmann, 2017). Para acabar com esse regime, visto como ditatorial, e dar o poder ao vencedor das eleições, era preciso uma intervenção militar da organização para afastá-lo do poder.

Segundo Gyimah-Boadi (2015), no começo da década de 1990, foi vista uma intensa democratização (sendo até observado, em algumas situações, a redemocratização) que começou a se desenvolver no contexto da África Subsaariana. Após esse período, a maioria dos cidadãos do continente africano passou a acreditar e observar a “democracia como um regime político ideal”. Neste processo de transição, muitos países africanos conseguiram importantes avanços até meados dos anos 2000, quando começou de forma mais intensa a mudança nos sistemas políticos de governação baseados no partido único, e se implementaram as instituições democráticas. Mas, esse avanço arrefeceu e não durou tanto.

² Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é criada em 28 de maio de 1975 através do Tratado de Lagos na Nigéria, com a ideia de promover a integração entre os 15 países membros desta organização regional para fortalecer os laços históricos comuns e preservar a rica diversidade cultural, linguística e ecológica, a fim de estimular a aproximação desses países. Portanto, “a razão de ser da CEDEAO é promover a cooperação econômica e política entre os Estados”. Também é uma organização regional responsável pela mediação de conflitos internos para manter a paz e o cumprimento das normas democráticas e da alternância no poder. Disponível em: https://ecowas.int/?page_id=1286&lang=pt-pt Acessado em: 23 Jul. 2022

³ União Africana (UA), foi criada em 11 de julho de 2000, em Lomé, Togo, a partir do “Acto Constitutivo da União Africana”. Mas entrou em vigor apenas em 2002 em conferência de Durban, África do Sul para substituir a antiga Organização da Unidade Africana (OUA), fundada em 25 de maio de 1963 em Addis Abeba, na Etiópia em defesa da independência e neocolonialismo em África. Atualmente é composta por 55 Estados membros que compõem o continente africano. Uma das finalidades desta organização internacional é promover a integração dos Estados-membros, a democracia, resolução dos conflitos, estabilidade governativa e política e manter a paz em África. Disponível em: <https://au.int/pt/node/34613> Acessado em 12 abr. 2023

Esse declínio afetou vários países africanos (incluindo a Guiné-Bissau) e isso tem sido observado como uma das principais barreiras à democracia, pois o compromisso com o planejamento democrático deixou de fazer parte do interesse das elites políticas nacionais. Isso influenciou a má gestão dos assuntos e instituições democráticas. Além de tudo, não se vê a responsabilidade dos governos no que toca a capacitação das pessoas para conhecerem e respeitarem os valores democráticos.

Essa ausência do cumprimento dos preceitos democráticos aconteceu em Gana, que é um dos países considerados mais democráticos da África, onde foram observados vários casos de corrupção e muitas denúncias sobre intermitências feitas pelos cidadãos -, estes estão a sofrer retaliações feitas pelo o governo como formas de silenciamento. O que está a impedir o desenvolvimento democrático em alguns países africanos é o descumprimento dos valores democráticos, normas constitucionais, falta de liberdade de expressão entre outras. Essas situações têm crescido ultimamente. Mas é necessário evidenciar que a realização das eleições está a tornar-se norma em África (Idem).

Observa-se que, mesmo com o aumento das eleições multipartidárias no final do século XX, não houve resultados favoráveis à democratização. Em vários países, os líderes ditadores coibiram os estímulos eleitorais dos partidos da oposição através de inúmeras medidas não democráticas, para fazer com que os opositores desistissem do regime democrático. Por essa razão, utilizam a violência, incentivam os conflitos para não permitir que este processo ocorra de forma justa e transparente, possibilitando aos cidadãos exercerem os seus direitos no processo eleitoral. Consequentemente, esse impedimento pode prejudicar a competição democrática, que de certa maneira pode provocar fraude eleitoral (LEVITSKY & WAY, 2010).

Para enfraquecer a participação da oposição no jogo democrático, às vezes é rejeitado o acesso ao financiamento, censuram os meios de comunicação e limitam o apoio popular que pode dar mais suporte durante o ato eleitoral aos partidos contrários à governação. Nesta ocasião, é difícil ganharem as eleições por motivos da repressão, pois os direitos são limitados e quando terminam as eleições, esses líderes da oposição acabam por não conseguir vencer pois enfrentam déficit de recursos financeiros. Por conseguinte, são várias vezes perseguidos ou ameaçados de morte e para não ser eliminados fogem em busca de proteção no país vizinho ou fora do continente até o fim do regime que controla e governa o país.

Após a formação do Estado guineense em 1974, o país ainda passou pela abertura política que possibilitou a existência do multipartidarismo, que admitiu a concorrência ampla de vários partidos políticos nas primeiras eleições gerais do país em 1994. Essa foi vencida pelo o João Bernardo Vieira (Nino Vieira), candidato do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), derrotou o Kumba Yalá do Partido da Renovação Social (PRS). Vale destacar que o PAIGC, era o único partido no poder desde o fim da guerra de libertação, e controlava o campo sociopolítico, econômico e as próprias Forças Armadas.

Durante o mandato de João Bernardo Vieira, este percebeu que a maioria dos militares guineenses estava ligada a um grupo designado Junta Militar, esta organização era considerada rebelde e inconformada com o governo eleito democraticamente. Em consequência disso, o Presidente Nino Vieira considerou esse regime como ameaçador, que poderia instaurar o golpe de Estado. Por isso, ele entrou em colaboração com as tropas do Senegal e da Guiné Conakry. Este pedido de apoio, foi realizado com base nos tratados desses três países para defesa e promoção de um governo constitucional democrático (DJAU, 2016).

Nesta situação, a entrada dos militares dos países parceiros aumentou mais a tensão e o desentendimento entre o Nino Vieira e o Ansumane Mané chefe da Junta Militar, o que acabou por provocar a guerra civil de 7 de junho de 1998, que provocou inúmeras mortes. Contudo, em 13 de novembro de 1998, foi realizado o processo da manutenção da paz em Abuja, Nigéria e este tratado foi assinado pela CEDEAO e envolveu Nino Vieira e Ansumane Mané.

Considerações finais

Diante do contexto discutido, entende-se que as regras básicas do regime democrático exigem a alternância no poder, e essa mudança que ocorre através da rotatividade do governo deve acontecer através da participação popular no ato de eleger os seus governantes. Sendo que, o poder é de fato do povo, e este deve escolher a quem deve ser dado esse poder para governar.

Nos dias atuais, na Guiné-Bissau, mesmo após as eleições presidenciais com um presidente dito “elegido democraticamente”, este último não aceitou que o governo fosse formado pelo PAIGC. Mesmo sendo o partido vencedor das eleições legislativas anteriores à eleição presidencial, e que formou o governo liderado por Aristides Gomes, responsável pela realização das últimas eleições presidenciais vencidas pelo Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15). No decorrer desse mandato, são verificadas ondas de opressões, perseguições políticas, espancamentos, prisões arbitrárias das pessoas não filiadas ao “regime do chefe único”. Neste contexto, diariamente constata-se a ausência de consideração das normas democráticas, do compromisso com o país e povo guineense e a constante censura dos meios de comunicação social e a ausência da liberdade de expressão.

Particularmente, após a sua proclamação da independência em 24 de Setembro de 1973, no primeiro governo liderado pelo Presidente Luís Cabral e o Primeiro-ministro Francisco Mendes, sofreu um golpe de Estado. De fato, a partir desse período, o país estava sob controle de um regime monopartidário em que o PAIGC era a única formação política que governava o país, às vezes considerado como partido-estado. Contudo, esse regime iniciou-se desde 1974 a 1990, e a partir de 1994 marca a transição caracterizada pelas primeiras eleições democráticas (multipartidárias) no país, em que o mesmo partido no poder foi o vencedor.

Na atualidade em África, a democracia tem sido adotada por vários países africanos nos quais a disputa pelo o poder passa pela competição democrática entre os partidos políticos, de forma livre e transparente. Mas muitas das vezes, o(s) partido(s) no poder utiliza(m) violências para impedir as manifestações livres dos

apoiadores da oposição, e nesta ocasião acontecem as repressões realizadas por forças policiais.

Para denunciar essas ações, os cidadãos fazem marchas exigindo a liberdade de expressão e contra ameaças aos líderes da oposição. Por outro lado, muitos governantes se recusam a entregar o poder ao candidato vencedor, como acontece na Gâmbia, onde só foi possível mudar a situação através da intervenção da CEDEAO, União Africana, etc - organizações importantíssimas para a manutenção da paz na África.

Referências bibliográficas

- ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA. (2020). Disponível em: [au.int](https://au.int/sites/default/files/treaties)
[https://au.int > sites > default > files > treaties](https://au.int/sites/default/files/treaties) Acessado em 12 abr. 2023.
- BARROS, M. d. (2012), “A Sociedade Civil face ao processo de democratização e desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)”. *Africana Studia*, 18: 71-82. EDIÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. Disponível em [up.pt](https://ojs.letras.up.pt) [https://ojs.letras.up.pt > article](https://ojs.letras.up.pt) > Acessado em 13 abr. 2023.
- CARDOSO, Carlos (1995). **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. *Lusotopie*, v. 2, n. 1, p. 259-282. Disponível em https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991 Acessado em 13 abr. 2023.
- DJAU, Malam (2016). Trinta anos de golpes de estado na Guiné-Bissau: uma análise da elite militar. Disponível em [ufpr.br](https://acervodigital.ufpr.br) [https://acervodigital.ufpr.br > handle](https://acervodigital.ufpr.br) Acessado em 13 abr. 2023
- ETIEYIBO, Edwin (2021): The ‘two democracies’ and Africa’s burden, *African Studies*, DOI: <https://doi.org/10.1080/00020184.2020.1865790> Acessado em 13 abr. 2023.
- ÉVORA, Roselma (2001). **A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde**. Master’s Thesis. Universidade de Brasília. Departamento de ciência política. Mestrado em ciência política. Disponível em <https://193.136.21.50/bitstream/10961/292/1/2001%20Roselma%20Evora.pdf> Acessado em 13 abr. 2023.
- GOMES, D. F. F. (2014). O 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela imprensa portuguesa: análise comparativa. *Revista Portuguesa de História*, 45, 481-506. Disponível em [unirioja.es](https://dialnet.unirioja.es) [https://dialnet.unirioja.es > servlet > articulo](https://dialnet.unirioja.es) Acessado em 13 abr. 2023.
- GYIMAH-BOADI, Emmanuel (2015). **Africa's waning democratic commitment**. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 101-113. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/jod/summary/v026/26.1.gyimah-boadi.html> Acessado em 13 abr. 2023.

- HARTMANN, Christof (2017). ECOWAS and the Restoration of Democracy in The Gambia. *Africa Spectrum*, 52(1), 85-99. Disponível em www.africa-spectrum.org Acessado em 13 abr. 2023.
- HUNTINGTON, Samuel (1994). *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- LEVITSKY, Steven. Way, L. A (2010). **Why Democracy Needs a Level Playing Field**. *Journal of Democracy*, Volume 21, Number 1, January, pp. 57-68 (Article). Published by The Johns Hopkins University Press. DOI: 10.1353/jod.0.0148. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/jod/summary/v021/21.1.levitsky.html> Acessado em 13 abr. 2023.
- MONTEIRO, A. O. C. (2011). Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: A Luta Da Libertação Nacional E O Projeto De Construção Do Estado Guineense. *A Cor das Letras*, 12(1), 223-238. Disponível em [uefs.br http://periodicos.uefs.br > acordasletras > article > view](http://periodicos.uefs.br/acordasletras) Acessado em 13 abr. 2023
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe (1988). *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões; [tradução de Adail U. Sobral; revisão técnica da tradução do inglês Nanci Valadares]*. - São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Disponível em [usp.br https://edisciplinas.usp.br > content > CHY - OD..](http://usp.br) Acessado em 14 abr. 2023
- SANTY, Amílcar Rodrigues Afonso (2009). Avanços e impasses no processo de transição política em Guiné-Bissau (1993-2009). Disponível em [ufrgs.br https://www.lume.ufrgs.br > ... > TCC Ciências Sociais](http://ufrgs.br) Acessado em 14 abr. 2023
- SANGREMAN, Carlos, et al (2006). A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. Disponível em [utl.pt https://www.repository.utl.pt > handle](http://utl.pt) Acessado em 14 abr. 2023
- SILVA, António E. Duarte (2006). Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10: 142-167. Disponível em <https://journals.openedition.org/cea/1236?lang=pt> Acessado em 14 de abr. 2023
- TEIXEIRA, R. J. Dumas (2006). **"Golpe de estado na Guiné-Bissau, 1998-2003."** Guiné Bissau: Projeto Contributo. Disponível em [didinho.org https://www.didinho.org > Arquivo >](http://didinho.org) Acessado em 14 abr. 2023
- TEIXEIRA, R. J. Dumas (2008). *Sociedade civil e democratização na Guiné Bissau, 1994-2006*. Master's Thesis. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9297> Acessado em 14 abr. 2023
- TEIXEIRA, R. J (2015). Dumas. **Transição democrática e modelos de democracia**. *Tensões Mundiais*, 11.21: 199-223. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/413> Acessado em 14 de abr. 2023

VASCONCELOS, F. A. de; ARAÚJO, L. L. de (2022). A questão da democracia na África: uma abordagem filosófica. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 1, p. 6-21. DOI: 10.21728/logeion.2022v9n1.p6-21. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6014>. Acessado em 9 abr. 2023.

WOOLLACOTT, John (1983). A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. *Análise Social*, 19.77/79: 1131-1155. Disponível em [ul.pt http://analisesocial.ics.ul.pt](http://analisesocial.ics.ul.pt) > documentos Acessado em 14 de abr. 2023

YAMB, Gervais Désiré (2008). De la culture democratique en Afrique noire. In: YAMB, Gervais Désiré. *Droits humains et démocratie chez John Rawls, Jürgen Habermas et Fabien Eboussi Boulaga: contribution à la reconstruction de l'Etat de droit en Afrique Noire*, p. 191-231. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Filosofia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Nancy. França, p. 453. Disponível em: <file:///C:/Users/mlver/OneDrive/Anexos/PIBIC%20LIBERDADE%202020%202021/DEMOCRACIA%20NA%20%C3%81FRICA%20tese.pdf>. Acessado em 08 abr. 2023.



Recebido em julho de 2022
Aceito para publicação em abril de 2023